

Planejamento tributário e burocracia na fronteira Brasil–Argentina: os desafios do CUF São Borja/Santo Tomé

Thiago Sampaio

Universidade Federal do Pampa

Maiara Lazarin

Universidade Federal do Pampa

1 Introdução

O planejamento tributário é uma prática amplamente utilizada por empresas com o intuito de reduzir legalmente a carga tributária, promovendo eficiência econômica e competitividade. No contexto fronteiriço do Centro Unificado de Fronteira (CUF) São Borja/Santo Tomé, essa estratégia enfrenta entraves que não decorrem do instituto em si, mas da forma como a administração pública aplica a legislação. A burocracia excessiva, a interpretação divergente das normas e a morosidade nos procedimentos são os principais desafios que dificultam a aplicação efetiva do planejamento tributário.

Para as empresas, a capacidade de administrar eficazmente suas obrigações tributárias pode significar a diferença entre a viabilidade financeira e a vulnerabilidade econômica. O planejamento tributário não apenas visa à redução dos impostos devidos, mas também à organização e reestruturação das atividades da empresa de modo a otimizar sua posição fiscal, sempre em conformidade com as leis em vigor.

No cenário atual, em que a competitividade é um fator decisivo para a sobrevivência das organizações, o planejamento tributário se torna uma ferramenta estratégica que vai além da mera economia fiscal. Ele envolve a análise detalhada de todos os aspectos operacionais e financeiros da empresa, desde a escolha do regime tributário até a estruturação de operações que permitam o aproveitamento de benefícios fiscais. Assim, o planejamento tributário contribui diretamente para a melhoria da gestão empresarial, auxiliando na tomada de decisões mais assertivas e na mitigação de riscos fiscais.

A importância do planejamento tributário se intensifica em regiões de fronteira, onde as empresas enfrentam desafios adicionais devido à necessidade de lidar com legislações fiscais de diferentes países e com a complexidade das operações transfronteiriças. O CUF São Borja/Santo Tomé, que conecta Brasil e Argentina, é um exemplo claro dessa realidade. Esse ponto de passagem é estratégico não apenas para o comércio bilateral, mas também para a integração econômica da região. Nesse contexto, as empresas que operam no CUF precisam desenvolver um planejamento tributário que leve em conta as particularidades das normas fiscais de ambos os países, bem como as regulamentações internacionais que regem a movimentação de bens e pessoas.

Este artigo tem por objetivo analisar os obstáculos burocráticos e administrativos enfrentados na aplicação do planejamento tributário no âmbito do CUF São Borja/Santo Tomé, destacando como a

atuação da administração tributária compromete sua eficácia. Serão abordadas as complexidades jurídicas, administrativas e operacionais que impactam as empresas que operam nessa área, destacando as estratégias utilizadas para minimizar a carga tributária e maximizar a eficiência fiscal. Além disso, será discutido como a cooperação internacional entre as autoridades fiscais do Brasil e da Argentina é essencial para a harmonização das práticas tributárias e para a criação de um ambiente de negócios mais favorável.

Ao longo deste artigo, pretende-se não apenas descrever as práticas de planejamento tributário, mas também fomentar uma reflexão sobre a necessidade de políticas públicas que incentivem a simplificação fiscal e a cooperação internacional. Em última análise, o planejamento tributário em regiões fronteiriças como o CUF São Borja/Santo Tomé é um tema de grande relevância para o desenvolvimento econômico regional, pois influencia diretamente a dinâmica do comércio e a integração entre os países envolvidos.

Com essa abordagem, busca-se oferecer uma visão abrangente sobre o papel estratégico do planejamento tributário para as empresas que operam em contextos complexos e desafiadores, evidenciando sua importância tanto para a gestão empresarial quanto para a economia local e global.

2 Introdução ao planejamento tributário

O planejamento tributário é uma prática essencial para a gestão financeira eficaz de uma empresa, envolvendo a análise detalhada e a organização estratégica das atividades empresariais com o objetivo de minimizar a carga tributária dentro dos limites legais. Este conceito vai além da simples redução de impostos, englobando um conjunto de práticas e de estratégias que visam otimizar a carga tributária, garantir a conformidade com a legislação vigente e promover a eficiência fiscal.

O planejamento tributário pode ser definido como o processo de análise e estruturação das operações e transações de uma empresa para reduzir a carga tributária de forma legal e eficiente. Pigato (2017) enfatiza que o planejamento tributário é uma ferramenta estratégica que permite às empresas maximizar seus lucros e manter sua competitividade no mercado. Esse processo envolve a escolha de regimes fiscais apropriados, a utilização de incentivos e benefícios fiscais, e a implementação de estruturas societárias e operacionais que minimizem a tributação. Uma estratégia tributária bem planejada não apenas reduz os custos fiscais, mas também contribui para a estabilidade financeira da empresa em mercados voláteis (Dias, 2021).

A prática do planejamento tributário requer uma compreensão profunda das leis e regulamentos fiscais aplicáveis, bem como uma análise cuidadosa das operações empresariais. Santos (2025) define o planejamento tributário como a antecipação e a organização das atividades empresariais para explorar as possibilidades legais oferecidas pela legislação tributária, sem recorrer a práticas ilegais como a evasão fiscal. O objetivo principal é reduzir a carga tributária de forma que se mantenha a conformidade com as normas fiscais e sejam evitadas penalidades e litígios.

A importância do planejamento tributário é multifacetada, abrangendo aspectos financeiros, legais e estratégicos que impactam diretamente a saúde e a sustentabilidade de uma empresa. A principal vantagem do planejamento tributário é a capacidade de reduzir a carga tributária de uma empresa. Almeida e Correa (2017) destacam que, através da implementação de estratégias fiscais

eficazes, as empresas podem reduzir significativamente o montante de impostos devidos. Isso pode ser alcançado por meio da escolha de regimes fiscais mais vantajosos, como o lucro presumido ou real, e pela aplicação de incentivos e benefícios fiscais previstos pela legislação. A redução da carga tributária permite que a empresa mantenha uma maior parcela de seus lucros, o que pode ser essencial para o financiamento de projetos e para a manutenção da competitividade no mercado.

Ao diminuir a carga tributária, o planejamento tributário contribui diretamente para a maximização dos lucros. Dias (2021) explica que os recursos financeiros economizados com a redução de impostos podem ser reinvestidos em áreas estratégicas da empresa, como inovação, expansão e melhoria de processos. Isso não apenas fortalece a posição financeira da empresa, mas também melhora sua capacidade de enfrentar a concorrência e explorar novas oportunidades de mercado.

Outra faceta importante do planejamento tributário é a garantia de conformidade com a legislação fiscal. Oliveira (2023) argumenta que um planejamento bem estruturado ajuda a evitar problemas com as autoridades fiscais, prevenindo litígios e penalidades. A conformidade com as obrigações fiscais reduz o risco de enfrentar sanções e multas, mantendo a empresa em boa posição perante o Fisco. Além disso, um planejamento tributário adequado permite que a empresa se adapte às mudanças na legislação fiscal, minimizando o impacto de alterações nas regras tributárias.

O planejamento tributário também desempenha um papel crucial na melhoria da gestão financeira da empresa. De França (2023) ressalta que a antecipação e a organização das obrigações fiscais proporcionam uma visão mais clara das finanças da empresa, permitindo um gerenciamento mais eficaz dos recursos. A capacidade de prever e alocar adequadamente os recursos para o pagamento de impostos ajuda a evitar surpresas financeiras e a manter um fluxo de caixa equilibrado e previsível.

O impacto do planejamento tributário na competitividade e sustentabilidade da empresa é significativo. Martinez e Ramalho (2017) observam que a capacidade de reduzir a carga tributária permite à empresa oferecer preços mais competitivos, investir mais em marketing e inovação, e fortalecer sua posição no mercado. Uma gestão tributária eficaz contribui para a sustentabilidade a longo prazo da empresa, proporcionando uma base financeira sólida para o crescimento e a expansão.

Embora o planejamento tributário seja uma ferramenta legítima para otimização fiscal, é essencial que seja conduzido de forma ética e transparente. Santos (2025) alerta que práticas de planejamento tributário excessivamente agressivas podem impactar negativamente a reputação da empresa. A transparência nas práticas fiscais e a comunicação clara sobre as estratégias adotadas são fundamentais para manter a confiança dos *stakeholders* e preservar a imagem corporativa.

3

3 Desafios do planejamento tributário na fronteira

A coexistência de diferentes sistemas jurídicos e tributários aumenta a complexidade do planejamento tributário na fronteira. As empresas precisam estar atentas às diferenças nas leis fiscais, nos prazos para pagamento de tributos, nas alíquotas aplicáveis e nos regimes de tributação. Oliveira (2023) destaca que a falta de harmonização entre as legislações dos países fronteiriços pode criar desafios adicionais, como a dificuldade de interpretar corretamente as obrigações fiscais em ambas as jurisdições.

A dupla tributação ocorre quando um mesmo rendimento ou operação é tributado em mais de um país. Para mitigar esse risco, é essencial que as empresas considerem os acordos internacionais de bitributação, que visam evitar a dupla tributação de rendimentos e garantir que as empresas não sejam penalizadas por operar em múltiplas jurisdições. Vieira e Barreto (2019) argumenta que a falta de planejamento tributário adequado pode resultar em uma carga tributária excessiva, comprometendo a competitividade da empresa.

A conformidade com as obrigações fiscais em múltiplas jurisdições pode ser desafiadora. As empresas devem manter registros precisos e atualizados das suas operações transfronteiriças, além de garantir que os impostos sejam pagos corretamente em cada país. Martinez e Ramalho (2017) enfatizam que a conformidade fiscal adequada é crucial para evitar penalidades severas e manter uma boa relação com as autoridades fiscais de ambos os países.

Muitas regiões de fronteira oferecem regimes fiscais especiais para atrair investimentos e fomentar o desenvolvimento econômico. Esses regimes podem incluir isenções de impostos, alíquotas reduzidas ou créditos fiscais. De França (2023) observa que as empresas que aproveitam essas oportunidades podem reduzir significativamente seus custos operacionais, aumentando sua lucratividade.

Os acordos de bitributação são instrumentos fundamentais no planejamento tributário na fronteira. Esses acordos permitem que as empresas evitem a dupla tributação, estabelecendo critérios claros sobre qual país tem o direito de tributar determinados rendimentos. Além disso, esses acordos podem incluir cláusulas que permitem a compensação de impostos pagos em um país no cálculo dos impostos devidos no outro.

Regiões de fronteira muitas vezes beneficiam-se de uma maior integração econômica, com facilitação de comércio e movimento de mercadorias entre os países. Oliveira (2023) afirma que o planejamento tributário pode ajudar as empresas a otimizar suas operações logísticas e comerciais, reduzindo custos de transações e impostos associados à importação e exportação.

Uma das principais estratégias de planejamento tributário na fronteira envolve a estruturação societária adequada. Isso pode incluir a criação de subsidiárias ou filiais em diferentes países, aproveitando os regimes fiscais mais vantajosos. Almeida e Côrrea (2017) sugerem que a estruturação societária bem planejada permite às empresas gerenciar suas operações de forma mais eficiente, reduzindo a carga tributária e minimizando os riscos fiscais.

As empresas devem estar atentas aos incentivos fiscais oferecidos tanto pelo país de origem quanto pelo país fronteiriço. Messias (2021) destaca que muitos governos locais oferecem incentivos para promover o desenvolvimento econômico em zonas de fronteira, como isenções de impostos sobre a renda, reduções de alíquotas ou créditos fiscais para investimentos em infraestrutura.

O planejamento tributário em regiões de fronteira também deve considerar a gestão de preços de transferência. Messias (2021) observa que as transações entre empresas do mesmo grupo localizadas em diferentes países devem ser realizadas a preços de mercado para evitar ajustes fiscais e penalidades. A gestão eficaz dos preços de transferência é crucial para garantir a conformidade com as regulamentações fiscais internacionais e otimizar a carga tributária.

4 CUF São Borja/Santo Tomé: desafios do planejamento tributário na fronteira

O Centro Unificado de Fronteira (CUF) São Borja/Santo Tomé representa um marco na integração entre Brasil e Argentina, simbolizando o compromisso de ambos os países em facilitar o comércio, o trânsito de pessoas e de mercadorias, e a cooperação transfronteiriça. Localizado na fronteira entre São Borja, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e Santo Tomé, na província de Corrientes, Argentina, o CUF desempenha um papel vital na dinamização das relações bilaterais e na promoção do desenvolvimento econômico e social na região fronteiriça.

O CUF São Borja/Santo Tomé foi concebido como resposta à necessidade de simplificação e harmonização dos procedimentos aduaneiros e migratórios entre Brasil e Argentina. O Centro é resultado de um acordo bilateral firmado em 2000, com o objetivo de criar um espaço físico e administrativo onde as autoridades de ambos os países possam trabalhar em conjunto. Este projeto pioneiro reflete a disposição dos dois governos em avançar na integração regional, um processo que vem se intensificando desde a criação do Mercosul em 1991 (Corrêa, 2008).

A ideia de um posto de controle unificado nasceu das dificuldades enfrentadas pelos transportadores e viajantes no cruzamento da fronteira. Antes da criação do CUF, era necessário passar por duas aduanas distintas, uma em cada país, o que muitas vezes gerava atrasos e entraves burocráticos. O CUF buscou centralizar essas atividades, unificando os controles e permitindo que as formalidades fossem cumpridas em um único local.

O CUF São Borja/Santo Tomé está estrategicamente localizado na Ponte Internacional da Integração, que liga as cidades de São Borja e Santo Tomé através do rio Uruguai. A estrutura do Centro foi planejada para acomodar tanto o fluxo de veículos de carga quanto o trânsito de passageiros, com instalações modernas que incluem postos de fiscalização, escritórios de imigração, serviços de alfândega e segurança, além de áreas de estacionamento e zonas de inspeção de mercadorias.

Uma das principais características do CUF é o fato de que ele opera sob o conceito de "dupla jurisdição", o que significa que as autoridades de ambos os países trabalham juntas, mas cada uma respeita as leis e regulamentos de sua nação. Isso exige um alto nível de coordenação e cooperação entre os agentes aduaneiros, policiais e de imigração de Brasil e Argentina.

O funcionamento do CUF é contínuo, 24 horas por dia, e ele é responsável por processar milhares de veículos e passageiros diariamente. Além dos procedimentos de controle de fronteira, o Centro também lida com questões sanitárias, fitossanitárias e de segurança, sendo um ponto crucial para o controle da circulação de bens e pessoas entre os dois países (Flora, 2023).

O CUF São Borja/Santo Tomé é um pilar fundamental para o comércio entre Brasil e Argentina, especialmente para o transporte rodoviário de mercadorias. A Ponte Internacional da Integração é uma das principais vias de exportação e importação entre os dois países, e o CUF facilita o fluxo dessas operações, contribuindo para a redução de custos logísticos e o aumento da eficiência do comércio bilateral (FADEEAC, 2022).

Além disso, o CUF desempenha um papel significativo no contexto social das comunidades fronteiriças. São Borja e Santo Tomé mantêm relações culturais e sociais estreitas, e o Centro Unificado de Fronteira facilita o trânsito diário de trabalhadores, estudantes e turistas entre as duas

cidades. Esse movimento transfronteiriço é essencial para a economia local, sustentando o comércio varejista, os serviços e outras atividades econômicas nas duas margens do rio Uruguai.

A presença do CUF também tem implicações para a segurança e a saúde pública. Ao centralizar os controles sanitários e fitossanitários, o Centro ajuda a prevenir a entrada de produtos perigosos ou contaminados e a evitar a propagação de doenças. Além disso, o CUF é um ponto estratégico para o combate ao contrabando e outras atividades ilícitas, graças à atuação coordenada das forças de segurança dos dois países.

Apesar dos seus muitos benefícios, o CUF São Borja/Santo Tomé enfrenta desafios contínuos. Um dos principais desafios é a manutenção e a modernização da infraestrutura, que precisa acompanhar o crescente volume de tráfego e as demandas por maior eficiência nos processos aduaneiros e de imigração. Outro desafio é a necessidade de harmonizar ainda mais as regulamentações e procedimentos entre os dois países, reduzindo a burocracia e as barreiras não tarifárias que ainda persistem.

Além disso, a pandemia de Covid-19 trouxe novas complexidades para a operação do CUF, exigindo a implementação de protocolos de saúde rigorosos e adaptações nos procedimentos de controle. Esses desafios destacam a necessidade de uma abordagem flexível e de uma cooperação contínua entre Brasil e Argentina para garantir que o CUF continue a desempenhar seu papel vital na integração regional.

O CUF São Borja/Santo Tomé é um exemplo claro do impacto positivo que a integração regional pode ter na vida das pessoas e na economia de uma região. Ele não apenas facilita o comércio e o trânsito transfronteiriço, mas também simboliza o compromisso dos governos de Brasil e Argentina com a cooperação mútua e a promoção do desenvolvimento sustentável nas áreas de fronteira.

O sucesso do CUF também pode ser visto como um reflexo das políticas de integração promovidas pelo Mercosul, que busca criar um espaço econômico comum entre seus membros. Neste sentido, o CUF contribui para a consolidação de uma economia regional mais integrada e competitiva, que pode enfrentar melhor os desafios da globalização e das mudanças econômicas globais.

Em conclusão, o Centro Unificado de Fronteira São Borja/Santo Tomé é uma peça-chave na infraestrutura de integração entre Brasil e Argentina. Sua criação e operação demonstram a importância da cooperação internacional para superar barreiras e facilitar o desenvolvimento econômico e social em regiões de fronteira. À medida que avança, o CUF continuará a desempenhar um papel central na promoção da integração regional, servindo como um modelo de eficiência e cooperação para outras fronteiras na América Latina.

6

5 Desafios fiscais na fronteira

O planejamento tributário em áreas de fronteira envolve uma série de desafios complexos, decorrentes da interação entre diferentes sistemas fiscais, aduaneiros e legais. No contexto do CUF São Borja/Santo Tomé, que conecta Brasil e Argentina, essas dificuldades são amplificadas devido às peculiaridades regionais e à necessidade de adaptação às normativas de ambos os países. Esta seção explora em profundidade os desafios enfrentados pelas empresas na implementação de estratégias de planejamento tributário na fronteira, analisando questões como a dupla tributação, a aplicação de

acordos internacionais, as barreiras não tarifárias, e as dificuldades operacionais específicas da região.

Como já dito, um dos maiores desafios para empresas que operam na fronteira entre Brasil e Argentina é a questão da dupla tributação. Esta ocorre quando uma mesma base tributável é sujeita à tributação em ambos os países, gerando uma carga fiscal elevada para as empresas. Para mitigar esse problema, Brasil e Argentina firmaram acordos de bitributação, como a Convenção para Evitar a Dupla Tributação da Renda (Decreto nº 9.482, de 27 de agosto de 2018). Contudo, a interpretação e a aplicação dessas normativas podem ser complexas, requerendo um entendimento detalhado das legislações nacionais e internacionais, e uma constante atualização quanto às mudanças jurídicas.

A aplicação prática desses acordos no CUF São Borja/Santo Tomé é um desafio em si. A interpretação das normas pode variar entre as jurisdições, levando a disputas sobre qual país tem o direito de tributar determinados rendimentos. Portanto, as empresas precisam desenvolver estratégias eficazes de planejamento tributário que considerem tanto a legislação local quanto as disposições dos acordos internacionais, o que exige uma equipe especializada em direito tributário internacional.

As diferenças nas alíquotas de impostos entre Brasil e Argentina também representam um desafio significativo. Empresas que operam transnacionalmente precisam navegar por regimes fiscais divergentes, que podem incluir variações nas alíquotas do imposto de renda, do imposto sobre produtos industrializados (IPI), do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), entre outros tributos. Essas diferenças podem resultar em distorções de competitividade, especialmente para pequenas e médias empresas que têm menos capacidade de absorver essas variações fiscais.

Além disso, ambos os países possuem regimes especiais e incentivos fiscais que podem ser aplicados de maneira diferente nas regiões de fronteira. No Brasil, por exemplo, o Regime de Tributação Unificada (RTU) permite a simplificação de procedimentos aduaneiros e tributários para micro e pequenas empresas que atuam no comércio de fronteira, o que pode ser uma vantagem competitiva se corretamente utilizado. A compreensão e a aplicação desses regimes especiais são cruciais para a otimização fiscal, mas também apresentam desafios devido à necessidade de constante atualização e adaptação às mudanças legais.

O planejamento tributário na fronteira também deve considerar os regimes aduaneiros aplicáveis. No CUF São Borja/Santo Tomé, a logística internacional é regida por uma série de normas e regulamentos que afetam a tributação de mercadorias em trânsito. A escolha do regime aduaneiro correto pode impactar diretamente na carga tributária e na eficiência operacional da empresa.

Empresas que operam no CUF precisam estar cientes das opções como o regime de trânsito aduaneiro, que permite o transporte de mercadorias entre dois pontos do território aduaneiro sem pagamento de tributos, ou o regime de *drawback*, que isenta ou suspende tributos sobre insumos importados utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação. A otimização do uso desses regimes aduaneiros pode resultar em significativas economias tributárias, mas exige um alto grau de conhecimento técnico e uma gestão eficaz dos processos logísticos e documentais.

As barreiras não tarifárias, como as normativas sanitárias e fitossanitárias, são obstáculos significativos ao comércio transfronteiriço no CUF São Borja/Santo Tomé. Estas barreiras incluem regulamentos que governam a segurança e a qualidade dos produtos, exigindo inspeções rigorosas e

certificações específicas para a entrada de mercadorias no país. Embora essas medidas tenham como objetivo proteger a saúde pública e o meio ambiente, elas também podem ser usadas como instrumentos de proteção econômica, impondo custos adicionais às empresas. Assim, "as barreiras não tarifárias representam um desafio adicional para as empresas, muitas vezes causando atrasos e aumentando os custos operacionais" (Carneiro Filho, 2019, p. 57).

O impacto dessas barreiras é especialmente sentido nas indústrias alimentícia e agrícola, onde os requisitos de conformidade são mais rigorosos. Empresas que operam na fronteira precisam desenvolver estratégias para garantir que suas mercadorias atendam às normativas de ambos os países, o que pode envolver custos adicionais com certificações, adequação de produtos, e até mesmo o desenvolvimento de novas linhas de produção para atender a requisitos específicos de cada mercado.

Além das barreiras sanitárias e fitossanitárias, as barreiras técnicas ao comércio (BTCs) incluem normas e regulamentos técnicos que podem diferir entre os países, criando desafios adicionais para empresas transfronteiriças. Estes podem incluir requisitos de etiquetagem, normas de segurança, especificações de produto, e outras exigências que variam entre Brasil e Argentina.

Para superar estas barreiras, as empresas devem investir em pesquisa e desenvolvimento para adaptar seus produtos às exigências dos mercados de destino, o que pode ser custoso e demorado. Além disso, a falta de harmonização entre as normas técnicas dos dois países pode levar a um aumento dos custos de conformidade e a uma maior complexidade na gestão da cadeia de suprimentos. Por esse motivo, "a integração aduaneira, embora vislumbrada como uma solução para simplificar as operações, ainda enfrenta desafios práticos que afetam diretamente o planejamento tributário das empresas" (Vieira; Barreto, 2019, p. 122).

A fiscalização aduaneira no CUF São Borja/Santo Tomé é um aspecto crítico para o planejamento tributário. As operações aduaneiras envolvem uma série de procedimentos de controle, que incluem a verificação de documentos, inspeções físicas de mercadorias e a aplicação de tributos devidos. O processo de fiscalização visa garantir a conformidade com as leis tributárias e aduaneiras, mas também pode resultar em atrasos e custos adicionais para as empresas.

A eficiência e a transparência das práticas de fiscalização são determinantes para a fluidez do comércio transfronteiriço. Empresas que operam na fronteira precisam estar bem informadas sobre os procedimentos aduaneiros e garantir que toda a documentação esteja em conformidade para evitar retenções de mercadorias e penalidades. Além disso, é essencial que as empresas mantenham um relacionamento próximo com os órgãos de fiscalização para resolver rapidamente quaisquer questões que possam surgir.

A conformidade tributária e aduaneira é um desafio contínuo para as empresas que operam na fronteira. As mudanças frequentes na legislação, tanto no Brasil quanto na Argentina, requerem que as empresas estejam constantemente atualizadas e ajustem suas práticas para garantir a conformidade. A falta de conformidade pode resultar em penalidades severas, incluindo multas, juros e até mesmo a perda de mercadorias.

Para garantir a conformidade, as empresas precisam investir em sistemas de controle interno que monitorem continuamente suas operações e identifiquem possíveis riscos de não conformidade. A

auditoria interna regular e o uso de consultoria especializada são práticas recomendadas para mitigar esses riscos e assegurar que todas as obrigações fiscais e aduaneiras sejam cumpridas.

A relação entre as empresas e as autoridades aduaneiras e fiscais no CUF São Borja/Santo Tomé é fundamental para a resolução de conflitos e para a facilitação do comércio. O diálogo aberto e a cooperação com as autoridades podem ajudar a esclarecer dúvidas regulatórias, negociar acordos de conformidade, e resolver litígios de maneira mais eficiente.

Empresas que mantêm um relacionamento positivo com as autoridades estão em melhor posição para navegar pelas complexidades do ambiente regulatório fronteiriço. Participar de programas de certificação, como o Operador Econômico Autorizado (OEA), pode proporcionar benefícios adicionais, como maior agilidade nos processos aduaneiros e menor frequência de inspeções.

A otimização do regime de tributos internacionais é uma estratégia essencial para empresas que operam no CUF São Borja/Santo Tomé. Isso envolve a análise detalhada das estruturas fiscais e a implementação de práticas que minimizem a carga tributária global da empresa, dentro dos limites legais. Utilizar tratados de bitributação, explorar regimes aduaneiros especiais e adaptar operações para beneficiar-se de incentivos fiscais são algumas das estratégias que podem ser empregadas. "Empresas que reestruturam suas operações para aproveitar os benefícios fiscais oferecidos pelo governo brasileiro podem reduzir significativamente sua carga tributária" (Vieira; Barreto, 2019, p. 87).

Empresas devem adotar uma abordagem proativa para o planejamento tributário, que inclua a constante revisão de suas operações e a adaptação às mudanças regulatórias. A colaboração com consultores fiscais especializados em legislação internacional e o uso de tecnologias de gestão tributária são ferramentas que podem ajudar a garantir uma estratégia eficaz.

A gestão de riscos fiscais e aduaneiros é outra área crítica. A complexidade das operações transfronteiriças aumenta o risco de inconformidade fiscal, exigindo uma gestão cuidadosa para evitar multas e sanções. Na gestão de riscos as empresas devem incluir controles internos rigorosos, o uso de tecnologias de *compliance*, e a formação contínua de equipes em legislação fiscal e aduaneira.

Um componente-chave da gestão de riscos é a antecipação de mudanças regulatórias e a adaptação rápida a novos requisitos legais. A utilização de simulações fiscais e a revisão periódica das práticas de planejamento tributário ajudam a mitigar riscos e garantir que a empresa esteja preparada para enfrentar quaisquer desafios futuros. Além disso, a auditoria fiscal regular é uma prática recomendada para empresas que operam em zonas de fronteira, assegurando conformidade e evitando problemas legais (Almeida; Côrrea, 2017).

A inovação no planejamento tributário envolve a adoção de novas abordagens e tecnologias para melhorar a eficiência e a eficácia das práticas fiscais. O uso de análise de dados avançada, inteligência artificial e *blockchain* são algumas das inovações que podem ser exploradas para otimizar o planejamento tributário. Essas tecnologias permitem maior precisão na previsão de passivos fiscais, automação de processos de conformidade e melhor integração das operações fiscais com as demais funções empresariais. A automação de processos fiscais permite que as empresas mantenham a conformidade regulatória de maneira mais eficiente, reduzindo o risco de erros (Almeida; Côrrea, 2017).

A adoção de práticas inovadoras não só ajuda a reduzir custos, mas também melhora a transparência e a governança fiscal da empresa. As empresas que se destacam em inovação tributária são aquelas que conseguem manter-se competitivas em ambientes regulatórios complexos, como o das áreas de fronteira.

6 Planejamento tributário em áreas de fronteira

O planejamento tributário em áreas de fronteira, como o CUF São Borja/Santo Tomé, é uma prática complexa que exige uma compreensão profunda das legislações tributárias dos países envolvidos e das dinâmicas específicas dessas regiões. O CUF São Borja/Santo Tomé é um ponto estratégico para o comércio entre os dois países, servindo como um elo fundamental para a integração econômica no Mercosul.

As regiões de fronteira apresentam desafios únicos para as empresas, principalmente devido às diferenças nas alíquotas de impostos, regras de origem, requisitos de conformidade e a necessidade de gerenciar operações em dois sistemas jurídicos distintos. As diferenças nas alíquotas de impostos e nas normas regulatórias entre Brasil e Argentina exigem um planejamento cuidadoso para evitar a bitributação e otimizar a carga fiscal (Da Silva, 2019). Esses desafios demandam estratégias sofisticadas de planejamento tributário para minimizar os custos tributários e maximizar a eficiência operacional.

O planejamento tributário internacional é um componente vital para empresas que operam em regiões de fronteira. Este conceito envolve a aplicação de teorias e práticas que visam a otimização fiscal em operações transnacionais. As empresas devem equilibrar a busca pela redução da carga tributária com a necessidade de conformidade com as legislações locais, evitando riscos legais e reputacionais.

Dentre as teorias mais relevantes para o planejamento tributário internacional, destacam-se a Teoria da Substância sobre a Forma e a Teoria do Propósito Econômico, que orientam a legitimização das operações e estruturas fiscais com base em atividades econômicas reais e não apenas em objetivos fiscais (Tudisco, 2008). A aplicação dessas teorias é crucial para empresas que buscam operar dentro da legalidade e maximizar os benefícios fiscais.

Os princípios de tributação internacional, como a tributação sobre a renda e sobre o consumo, são fundamentais para o planejamento tributário em regiões de fronteira. No contexto do CUF São Borja/Santo Tomé, a correta aplicação desses princípios pode determinar a competitividade das empresas no mercado regional e internacional.

A dupla tributação é uma das principais preocupações em operações transnacionais, pois pode resultar em uma carga tributária excessiva e inviabilizar economicamente as operações. Para mitigar esses impactos, as empresas podem utilizar estratégias, como o aproveitamento de créditos tributários e a aplicação de tratados internacionais, que visam evitar a dupla tributação, como o Acordo de Bitributação entre Brasil e Argentina.

As convenções para evitar a dupla tributação são instrumentos essenciais no planejamento tributário internacional. Estas convenções estabelecem regras para a tributação de rendimentos em operações transnacionais, definindo como e onde os rendimentos devem ser tributados.

No caso do CUF São Borja/Santo Tomé, o Acordo de Bitributação entre Brasil e Argentina desempenha um papel crucial. Este acordo permite que as empresas operem de forma mais eficiente ao evitar a tributação dupla sobre rendimentos, lucros e outros ganhos. As estratégias de planejamento tributário devem levar em consideração as disposições deste acordo para garantir a otimização dos custos fiscais.

A utilização de incentivos fiscais é uma das estratégias mais eficazes no planejamento tributário. Governos frequentemente oferecem incentivos fiscais para promover o desenvolvimento econômico em regiões estratégicas, como as áreas de fronteira. No CUF São Borja/Santo Tomé, tanto Brasil quanto Argentina oferecem benefícios fiscais que podem ser aproveitados pelas empresas.

Esses incentivos podem incluir isenções fiscais, reduções de alíquotas, créditos tributários e regimes aduaneiros especiais. A eficácia desses incentivos depende da capacidade das empresas de identificar e aplicar os benefícios de forma estratégica, garantindo assim uma redução significativa da carga tributária e o aumento da competitividade.

A estruturação adequada das operações internacionais é essencial para o planejamento tributário eficaz. As empresas devem considerar a localização das suas operações, a escolha dos modelos de negócios e a utilização de subsidiárias ou filiais para otimizar os custos fiscais.

No CUF São Borja/Santo Tomé, a proximidade geográfica entre Brasil e Argentina oferece uma oportunidade única para as empresas estruturarem suas operações de forma que aproveitem as diferenças nas legislações tributárias dos dois países. A escolha de onde realizar atividades específicas, como produção, distribuição e vendas, pode impactar diretamente a carga tributária enfrentada pela empresa.

O *transfer pricing*, ou precificação de transferência, é uma área crítica no planejamento tributário internacional. Refere-se ao preço pelo qual bens, serviços e propriedades são transferidos entre empresas afiliadas em diferentes jurisdições fiscais. A correta aplicação das regras de *transfer pricing* é essencial para evitar problemas com as autoridades fiscais e garantir a conformidade com as legislações dos países envolvidos.

No contexto do CUF São Borja/Santo Tomé, as empresas devem estar especialmente atentas às regulamentações de *transfer pricing* no Brasil e na Argentina. A definição de preços de transferência que refletem o valor de mercado das transações é fundamental para evitar a requalificação de receitas e despesas pelas autoridades fiscais, o que pode resultar em penalidades severas.

A reestruturação corporativa e financeira é outra estratégia importante no planejamento tributário. As empresas podem reorganizar suas estruturas corporativas, incluindo fusões, aquisições e divisões, para otimizar sua posição fiscal. Da mesma forma, estratégias financeiras como a capitalização e o financiamento interno podem ser utilizadas para reduzir a carga tributária.

Essas reestruturações, quando realizadas de forma estratégica e em conformidade com a legislação, podem resultar em economias tributárias significativas. No CUF São Borja/Santo Tomé, as empresas têm a oportunidade de reavaliar suas operações e estruturas com base nas vantagens fiscais oferecidas por ambas as jurisdições.

O aproveitamento de créditos tributários é uma estratégia eficaz para a redução da carga tributária. No contexto do CUF São Borja/Santo Tomé, as empresas podem se beneficiar dos créditos

tributários acumulados em uma jurisdição para compensar débitos em outra. Essa prática é especialmente relevante em regiões de fronteira, onde as operações transnacionais são comuns.

O sucesso na utilização de créditos tributários depende da correta documentação e conformidade com as normas fiscais de ambos os países. As empresas que implementam essa estratégia de forma eficaz podem melhorar seu fluxo de caixa e reduzir significativamente seus custos tributários.

A mitigação de riscos tributários é essencial para garantir a sustentabilidade das estratégias de planejamento tributário. Esses riscos podem incluir mudanças nas legislações fiscais, interpretações divergentes por parte das autoridades fiscais e disputas judiciais.

No contexto do CUF São Borja/Santo Tomé, as empresas devem adotar práticas robustas de gestão de riscos, como auditorias fiscais internas, consulta com especialistas e a utilização de seguros fiscais. Essas práticas ajudam a identificar e mitigar riscos potenciais, garantindo a continuidade das operações sem surpresas fiscais desagradáveis.

A gestão de contenciosos fiscais é uma área crítica para empresas que operam em regiões de fronteira. As disputas com as autoridades fiscais podem surgir devido a interpretações divergentes da legislação, requalificações de operações ou aplicação inadequada de benefícios fiscais.

Para empresas no CUF São Borja/Santo Tomé, a gestão eficaz dos contenciosos fiscais envolve a contratação de consultorias especializadas, a utilização de arbitragem e outros métodos de resolução de conflitos, além da manutenção de uma documentação rigorosa que suporte as posições fiscais adotadas.

A implementação de estratégias de planejamento tributário em regiões de fronteira frequentemente enfrenta barreiras administrativas e burocráticas. Essas barreiras podem incluir processos lentos de aprovação de benefícios fiscais, complexidade na documentação exigida e dificuldades na comunicação entre as autoridades fiscais dos diferentes países.

A manutenção de um diálogo constante entre os setores público e privado revela-se essencial para enfrentar os desafios do planejamento tributário em regiões fronteiriças. A troca de informações, experiências e perspectivas permite não apenas o aprimoramento das práticas fiscais, mas também a construção de um ambiente de maior segurança jurídica e transparência. Essa interlocução é fundamental para alinhar os interesses do Estado — voltados à arrecadação e justiça fiscal — com os das empresas, que buscam previsibilidade e eficiência em suas operações.

Nesse contexto, o futuro do planejamento tributário nas regiões de fronteira estará atrelado à capacidade de adaptação das empresas às mudanças legislativas e à crescente exigência por conformidade tributária. Ao mesmo tempo, as políticas públicas precisarão evoluir para lidar com dinâmicas econômicas específicas dessas áreas, marcadas por fluxos transnacionais de bens e serviços. O desafio será encontrar um equilíbrio entre o incentivo à atividade econômica e a integridade do sistema tributário, promovendo um desenvolvimento regional sustentável, com justiça fiscal e cooperação internacional efetiva.

7 Considerações finais

O planejamento tributário nas regiões de fronteira, como o caso do CUF São Borja/Santo Tomé, apresenta desafios únicos e complexos que demandam uma abordagem estratégica e integrada. Neste artigo, exploramos como as particularidades da legislação tributária, aliadas às nuances operacionais e administrativas de um ambiente transfronteiriço, afetam diretamente as empresas que operam nessa região.

A análise revelou que, enquanto o planejamento tributário pode oferecer uma vantagem competitiva significativa, sua eficácia depende da capacidade das empresas de navegar por um ambiente legal e regulatório que muitas vezes é contraditório e de difícil compreensão. A cooperação entre as autoridades fiscais do Brasil e da Argentina é essencial para minimizar essas barreiras e criar um ambiente mais favorável ao comércio e às operações empresariais.

Outro ponto de destaque é a importância da conformidade legal e ética no planejamento tributário. As empresas devem balancear a busca por eficiência fiscal com o cumprimento rigoroso das obrigações tributárias, evitando práticas que possam ser interpretadas como evasão fiscal. A adoção de boas práticas e a transparência nas operações são cruciais para sustentar a integridade da empresa e preservar sua reputação.

Este estudo também sublinhou a necessidade de políticas públicas que promovam a harmonização das legislações fiscais entre países fronteiriços. A simplificação dos processos tributários e a implementação de incentivos fiscais específicos para zonas de fronteira poderiam reduzir os custos operacionais e incentivar o desenvolvimento econômico regional.

Em suma, o planejamento tributário das empresas que atuam na fronteira entre São Borja e Santo Tomé é uma atividade que exige não apenas conhecimentos técnicos em tributação, mas também uma compreensão profunda do contexto socioeconômico e jurídico da região. As empresas que operam nesse ambiente devem estar preparadas para lidar com os desafios inerentes, mas também aproveitar as oportunidades que uma gestão tributária eficaz pode proporcionar.

Conclui-se que os principais desafios enfrentados pelas empresas que operam no CUF São Borja/Santo Tomé não residem no planejamento tributário em si, mas na forma como a legislação é aplicada pela administração pública. A burocracia excessiva, a falta de uniformidade na interpretação das normas e a morosidade dos processos administrativos comprometem a eficácia do planejamento tributário como instrumento de racionalização fiscal. Assim, é imprescindível que haja maior coordenação entre os órgãos envolvidos e um aprimoramento das práticas administrativas para que se garanta segurança jurídica e previsibilidade às empresas atuantes na região fronteiriça.

Por fim, a continuidade do diálogo entre os setores público e privado é vital para o aprimoramento das práticas tributárias e para o fortalecimento da cooperação internacional. O futuro do planejamento tributário em regiões fronteiriças dependerá da capacidade de adaptação das empresas e da evolução das políticas fiscais, sempre com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável e equilibrado na região.

Referências

ALMEIDA, Gustavo Tomaz; CÔRREA, Julya Layse Oliveira. Planejamento tributário para maximização do lucro líquido: um estudo de caso no setor calçadista. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*, v. 4, n. 2, p. 115-133, 2017.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. A fronteira Brasil-Argentina após a criação do MERCOSUL: iniciativas de integração e cooperação e seus impactos. *Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais*, v. 1, n. 1, p. 46-57, 2015.

CORRÊA, Gilson César Pianta. *Fronteiras como zonas estratégicas para a integração Regional: a cooperação entre São Borja (BR) e Santo Tomé (AR)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

DA SILVA, Laisla Thaís. Planejamento tributário. *REGRAD-Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM*, v. 12, n. 1, p. 110-128, 2019.

DE FRANÇA, Leiliane Silva *et al.* Planejamento tributário e sua aplicação nas empresas: um estudo acerca da percepção dos contadores de Caruaru e região. *REFAS Consequentialismo judicial no direito tributário brasileiro: Revista FATEC Zona Sul*, v. 10, n. 2, p. 845-862, 2023.

DIAS, Daniela Gueiros. *Consequentialismo judicial no Direito Tributário brasileiro*. 2021. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

FADEEAC (Federación Argentina de Entidades Empresarias del Autotransporte de Cargas). *Informe Pasos de Frontera 2021/22: Santo Tomé – São Borja*. Buenos Aires: FADEEAC, 2022. Disponível em: <<https://www.fadeeac.org.ar/wp-content/uploads/2022/10/INFORME-SANTO-TOME-SAO-BORJA.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2025.

FLORA, Karla Lorena Rosas. Área de controle integrado São Borja/Santo Tomé e a importância da parceria público-privada: modelo de eficiência, agilidade no comércio internacional, segurança, desenvolvimento fronteiriço e integração entre os países fronteiriços. *Revista (re) definições das fronteiras*, v. 1, n. 1, p. 135-176, 2023.

MARTINEZ, Antonio Lopo; RAMALHO, Vinicius Pereira. Agressividade tributária e sustentabilidade empresarial no Brasil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 16, n. 49, p. 7-16, 2017.

MESSIAS, Adriano Luiz Batista. Preços de transferência no planejamento tributário internacional: perspectiva sob a ótica da teoria das provas. *Revista de Direito Tributário Internacional Atual*, n. 9, p. 36-70, 2021.

OLIVEIRA, Tatielle Christina. *Tipificação das práticas de planejamento tributário que caracterizam agressividade tributária: um estudo de caso*. 2023. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2023.

PIGATO, Jéssica Bertulucci. *A criação de empresas offshore em paraísos fiscais como estratégia de planejamento tributário: limites e requisitos para uma prática lícita*. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Instituto de Direito Público, Brasília, 2017.

SANTOS, Raquel. Planejamento tributário no Brasil: entre a legalidade e a insegurança jurídica. *Revista Foco*, v. 18, n. 1, e7432, p. 1-25, 2025.

TUDISCO, Flávio. A causa dos negócios jurídicos, a prevalência da substância sobre a forma e o Direito Tributário brasileiro. *Revista Direito Tributário Atual*, n. 22, p. 207-218, 2008.

VIEIRA, James Batista; BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. *Governança, gestão de riscos e integridade*. Brasília: ENAP, 2019.

Artigo recebido em: Março de 2025.

Aprovado em: Maio de 2025.

Thiago Sampaio (thiagosampaio@unipampa.edu.br) é professor associado da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Possui experiência nas áreas de Direito e Ciência Política, com ênfase em planejamento tributário e políticas públicas. É autor de trabalhos voltados à avaliação de políticas públicas e às interseções entre economia, direito e administração pública.

Maiara Lazarin (maiaralazarin@hotmail.com) é economista (Unioeste) e mestre em Economia (UEM). Atua como pesquisadora no Observatório de Políticas Públicas da Unipampa.

15

Planejamento tributário e burocracia na fronteira Brasil–Argentina: os desafios do CUF São Borja/Santo Tomé

Resumo. O planejamento tributário em regiões fronteiriças apresenta desafios únicos, especialmente em contextos em que a cooperação internacional é essencial para a movimentação de bens, serviços e pessoas. Este artigo explora os desafios específicos do planejamento tributário no Centro Unificado de Fronteira (CUF) São Borja/Santo Tomé, que liga o Brasil à Argentina. A análise concentra-se nas complexidades jurídicas, administrativas e operacionais envolvidas, destacando como as particularidades das legislações de ambos os países e as peculiaridades das operações transfronteiriças afetam as empresas que operam na região. Além disso, o artigo aborda as estratégias de planejamento tributário utilizadas pelas empresas para minimizar os custos fiscais, respeitando as normativas vigentes e evitando litígios, ao mesmo tempo em que se adaptam a um ambiente de constante mudança regulatória. O estudo enfatiza a importância de uma abordagem integrada ao planejamento tributário, que considere tanto os aspectos locais quanto internacionais, para a manutenção da competitividade empresarial e o fortalecimento das relações comerciais na região fronteiriça. Conclui-se que a eficácia do planejamento tributário na área do CUF São Borja/Santo Tomé depende de uma compreensão profunda das regulamentações fiscais de ambos os países e de uma estratégia de adaptação contínua às mudanças legislativas.

Palavras-chave: Planejamento Tributário; Centro Unificado de Fronteira; Competitividade Empresarial Brasil/Argentina.

**Tax planning and bureaucracy at the Brazil–Argentina border:
the challenges of the CUF São Borja/Santo Tomé**

Abstract. Tax planning in border regions presents unique challenges, particularly in contexts where international cooperation is essential for the movement of goods, services, and people. This article explores the specific challenges of tax planning at the Unified Border Center (CUF) São Borja/Santo Tomé, which connects Brazil and Argentina. The analysis focuses on the legal, administrative, and operational complexities involved, highlighting how the particularities of the laws of both countries and the peculiarities of cross-border operations affect companies operating in the region. Additionally, the article addresses the tax planning strategies used by companies to minimize tax costs, comply with regulations, and avoid litigation, while adapting to an ever-changing regulatory environment. The study emphasizes the importance of an integrated approach to tax planning, considering both local and international aspects, to maintain business competitiveness and strengthen trade relations in the border region. It concludes that the effectiveness of tax planning in the CUF São Borja/Santo Tomé area depends on a deep understanding of the tax regulations of both countries and a strategy of continuous adaptation to legislative changes.

Keywords: Tax Planning; Unified Border Center; Business Competitiveness Brazil/Argentina.